



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

#### NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

##### TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 2033/11	DATA: 01/12/2011
INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 11h58min	DURAÇÃO: 01h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h26min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 17

#### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

**SUMÁRIO:** Debate sobre o parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências".

#### OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.

--



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Havendo número regimental, está aberta a 27<sup>a</sup> Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências".

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da Ata da 26<sup>a</sup> Reunião, realizada no dia 30 de novembro.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Não havendo discordância em relação ao pedido do Deputado Izalci, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada a Ata da 26<sup>a</sup> Reunião, realizada no dia 30 de novembro.

A pauta de hoje na Ordem do Dia prevê a apresentação do parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 8.035 de 2010 e às emendas apresentadas à proposição.

Passo a palavra ao Deputado Angelo Vanhoni, mas, antes, vou pedir às senhoras e aos senhores que façam silêncio para que possamos escutar o Relator.

(Pausa.)

Senhoras e senhores, vou pedir um pouco de silêncio, para que o Relator tenha o direito à palavra.

Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Antes de distribuir o relatório, quero dizer que ontem nós tivemos uma conversa com a área econômica do Governo, conforme todos os senhores estão sabendo. A reunião foi até o começo da noite. Tivemos oportunidade de mais uma vez discutir o conjunto do Plano, em especial a Meta 20, que trata dos investimentos na área da Educação para o próximo decênio.

Eu saí dessa conversa ontem com a percepção de que nós asseguramos um espaço para consolidar um entendimento com a área financeira. O Ministro Mantega trouxe um cenário mais destacado da crise pela qual passa o continente europeu e



também a economia norte-americana. Apresentou também os dados mais recentes da evolução econômica e financeira do Brasil.

Eu acho que a perspectiva do nosso País é uma perspectiva boa, de acordo com as informações e os dados que se têm hoje. No entanto, aquilo que todos têm dito é que há uma atitude de certa cautela em relação ao equilíbrio fiscal, em função do que está acontecendo no resto do mundo. A conversa foi a respeito dos próximos 10 anos, sobretudo em relação ao que importa para a Educação do nosso País nos próximos 10 anos.

A Deputada Fátima, Presidente da Comissão, estava presente nessa conversa. Saímos daquela reunião com a impressão de que temos um espaço para chegar a um entendimento a respeito do índice a ser definido na Meta 20.

No entanto, o Governo pediu um pouco mais de prazo para dar a sua definição. Por quê? Porque as consultas a respeito de um índice dessa envergadura não poderiam ficar restritas única e exclusivamente ao Ministro da Fazenda ou à Chefe da Casa Civil, Ministra Gleisi Hoffmann, que também estava presente, à Ministra Ideli Salvatti e ao Ministro Fernando Haddad. Uma reunião deles com a Presidente Dilma era necessária. A discussão sobre esse tema precisava ser levada à Presidente com a profundidade e com a responsabilidade que o tema merece.

A Presidenta está viajando hoje para a Venezuela e volta amanhã.

Nesse sentido, acerca da solicitação de entendimento e de busca de espaço para entendimento por mais alguns dias, nós consultamos a assessoria técnica — falei com a Teresinha ontem à noite mesmo — e vamos procurar, antes de fazer a leitura, buscar todas as possibilidades de consolidar um entendimento daquilo que estamos achando importante para consolidar a educação no nosso País, nesse rumo que o plano nacional aponta. Nós achamos que podemos fazer a leitura na terça-feira, às 14h. E nós vamos protocolar o projeto na segunda-feira, às 16h. O protocolar do projeto na segunda-feira, do ponto de vista de prazos regimentais, equivale ao dia de hoje para nós.

Já conversamos com o Presidente da Casa. Consultei também a Terezinha ontem e falei com o Líder do Governo. A Ministra Gleisi também me ligou solicitando esse tempo para que pudéssemos conversar. Eu acho que temos um caminho para fazer um entendimento.



Então, Sr. Presidente, as conversas são difíceis. Nós não estamos tratando de poucos recursos; nós estamos tratando da educação brasileira, da meta que diz respeito a 50% de investimento público para creches de crianças de até 3 anos no País e nós estamos tratando da formação de doutores e mestres, da pós-graduação, da qualificação de ensino. Nós estamos tratando de toda a estrutura do sistema educacional brasileiro, e estamos tratando dos recursos necessários para que o Brasil dê um salto, dê um passo a mais no resgate da dívida histórica que tem com a nossa educação.

Acho que esse entendimento facilita muito a discussão e a tramitação do projeto neste ano e no ano que vem, porque o Senado não terá tempo de fazer essa discussão neste ano. Nós teremos tempo de aprovar neste ano, caso seja a decisão e o entendimento da Comissão. Senão, a aprovação final será remetida para o ano que vem. Mas a leitura será feita na terça-feira.

Peço a V.Exa. que comunique o Presidente da Comissão, Deputado Lelo Coimbra, a fim de que, se S.Exa. estiver aqui, já deixe convocada a reunião para leitura do relatório para a próxima terça-feira.

**(Não identificado)** - Pela ordem, Sr. Presidente. Se o Relator concluiu...

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Pela ordem também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Deputado, se o senhor não se importar, vou seguir a lista. Há alguns Deputados inscritos.

Passo, de imediato, a palavra à Deputada Fátima Bezerra.

Há seis Deputados inscritos. Se pudermos manter certo limite, para dar tempo...

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Ok.

Quero cumprimentar os meus colegas Parlamentares e saudar os representantes dos movimentos sociais aqui presentes, o movimento PNE pra Valer!, a Campanha pelo Direito à Educação, a CNTE, a UNDIME, enfim, todas as entidades que formam o movimento PNE pra Valer!.

Deputado Vanhoni, primeiro: confirmado. V.Exa. protocola o relatório segunda-feira, não é isso? Segunda-feira, às 4h da tarde. Consequentemente, nós não vamos ter prejuízo regimental, porque esta sexta-feira não conta prazo porque não há sessão, nem segunda-feira conta prazo porque não há sessão. Então,



protocolando o relatório na segunda-feira, nós não perderemos a terça-feira, não é isso, Terezinha? Na terça-feira começa a contar o prazo? É isso?

Segundo, Deputado Vanhoni: se possível, eu gostaria que a secretaria colocasse a tramitação daqui para frente, evidentemente, resguardados o pedido de vista ou as prerrogativas que os Parlamentares têm. Isso é soberano, não é? A decisão cabe a cada um e a cada uma. Mas, resguardado o direito de algum Parlamentar pedir vista, se ele protocolar o relatório segunda-feira, até quando teremos prazo para aprovar o PNE aqui, na Casa?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Deputada Fátima, partindo da premissa de que as sessões ocorrem às terças, quartas e quintas, se ele apresentar no dia 5, segunda-feira, o prazo começará a contar na terça. Daí, contando-se terça, quarta e quinta, serão 3 dias. Depois, dias 13 e 14. Então, fecham os 5 dias.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Ou seja, em não havendo pedido de vista, no dia 15 nós já poderíamos votar o relatório? Havendo entendimento, no dia 15 já poderíamos votá-lo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Se forem apresentadas emendas e ele apresentar o parecer a essas emendas até o dia 15, poderia ser votado mesmo dia 15?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sim, mas qual é o prazo para se apresentar emendas?

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Essas 5 sessões.

**PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - São 5 dias, não é?

**(Não identificada)** - São 5 sessões.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, seria até o dia 15, 14. E, o Relator apresentaria no dia seguinte. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - É isso mesmo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - No dia seguinte ele apresenta o relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Isso. Isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Que dia da semana é dia 15?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - O senhor não...  
Por favor, o senhor não limite o que é competência do Deputado Vanhoni.

(Não identificada) - É uma quinta.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Que dia seria?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Dia 14 fecharia o prazo. Seria numa quarta-feira. O prazo seria dia 15, uma quinta-feira...

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Para ele apresentar.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Para apresentar o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Para apresentar o relatório.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Isso seria numa quinta-feira?

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Espere aí. Sr. Presidente, Deputado Ivan...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pedindo vista, então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Seriam mais 2 sessões: dias 20 e 21...

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Deputado! Sr. Presidente! Eu estou com a palavra, Deputado Ivan! Só um momentinho! Depois o senhor vai...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só para...

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Não, eu sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Deputada Fátima, a senhora tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Eu estou exatamente buscando essas informações, para auxiliar no debate. É exatamente isso o que eu estou fazendo, porque é importante para todos nós. Ou seja, que calendário nós teremos até lá? Volto a dizer, resguardado o direito de qualquer um pedir vista; de qualquer um, inclusive, achar que se quiser levar o PNE para 2012, que o leve... É um direito que cada um tem o de o levar para 2012, quando nós teremos, inclusive, um ano eleitoral. Correremos o risco de, em 2012, ele não ser aprovado. Todo o mundo sabe como esta Casa funciona em ano eleitoral. Mas, enfim, é direito de cada um.

Eu quero apenas que fique muito claro o calendário para todos nós, porque é uma prerrogativa que nós temos. Eu, a despeito de já ter lido e relido o relatório de



Vanhoni, como creio que a maioria tenha feito — Deputado Ubiali, acho que é um relatório bom —, Deputado Izalci, acho que temos o direito de, durante esses 5 dias, fazer algum ajuste. Não é verdade? Não é? Podemos fazer algum ajuste, apresentar alguma nova emenda, para que o Relator possa fazer algum ajuste.

Eu estou pedindo esclarecimento sobre esse calendário porque me parece que, com esse calendário que está colocado, mesmo que venhamos a fazer algum ajuste, nós teríamos, ainda, dias 15 e 16 para aprová-lo, e, a rigor, o Congresso vai funcionar até 22 de dezembro. A rigor, a rigor, o Congresso, Deputado Dr. Ubiali, funciona até dia 22 de dezembro. Então, nós temos, depois do dia 15, mais uns dias pela frente.

Mas, Sr. Presidente, primeiro queria obter esse esclarecimento.

Em segundo lugar, eu quero me associar ao que o Deputado Vanhoni já colocou: eu participei da reunião, ontem, e considero que ela realmente tenha sido positiva, primeiro, porque estava lá toda a equipe de decisão política, de decisão econômica do Governo, desde a área da Fazenda ao Ministro da área, que é o Ministro da Educação.

Evidentemente, o Governo fez as suas considerações: o Governo insiste na defesa dos 7% do PIB, destacando os avanços que consolidou nessa área, com o que nós nos sentimos muito à vontade para concordar. É verdade! Não teve nenhum Governo na história deste País que tenha investido mais na educação do que o Governo do Presidente Lula e, agora, o Governo da Presidenta Dilma. Sentimo-nos muito à vontade para dizer isso com muito orgulho. É só ver os números. É só ver como eram os números no início da década e como são os números hoje.

Achamos, inclusive, que sair de 5% para 7% foi um passo importante. Foi! Mas colocamos claramente ontem que 7% não são suficientes. E dissemos que a bandeira dos 10%, que colocamos ontem lá, tem o respaldo da sociedade brasileira, através, Deputado Izalci, das conferências que foram realizadas. Essa bandeira dos 10% do PIB para a educação foi homologada em uma das maiores conferências já realizadas até hoje na história do País, inclusive na história da educação brasileira, que foi a de 2010, realizada exatamente aqui, em Brasília.

Em terceiro lugar, respeitamos as posições do Governo, a sua cautela no que diz respeito ao quadro macroeconômico, da crise internacional, mas nós



ponderamos com o Governo que o relatório que o Deputado Vanhoni vai oficializar brevemente avança em várias metas, desde as que tratam da expansão às que tratam, por exemplo, da questão da valorização dos profissionais da educação. E nós temos o dever, a obrigação, de não adiar mais o debate sobre o avanço no que diz respeito a uma política pública que traga salário decente, salário bom, carreira atrativa e formação para o conjunto do magistério deste País. E nós não vamos fazer isso se não for através de recursos do Plano Nacional da Educação.

Está aí o dilema que nós estamos enfrentando agora: a Casa aprova por unanimidade uma lei que apontou o valor de um piso ainda muito distante daquilo que o professor precisa e merece ganhar e, mesmo assim, esta mesma Casa, na semana passada, na Comissão de Finanças e Tributação, diminuiu. Mesmo assim, a Comissão de Finanças e Tributação alterou essa lei. Nós estamos inclusive entrando com um recurso para resguardar isso aí.

Portanto, ontem nós fomos firmes ao colocar, Deputado Eduardo Barbosa, que 7% não dão, à luz do relatório que o Deputado Vanhoni vai oficializar. Ou seja, 7% não financiarão o relatório que Vanhoni vai protocolar já nesta segunda-feira. Sete por cento não financiam, de jeito nenhum.

E nós estamos buscando agora esse entendimento. Quero deixar muito claro aqui, respeitando as posições de cada um, que nós estamos tentando construir um entendimento que determine algo entre 7% e 10%. Não é isso, Deputado Vanhoni? É esse o entendimento que nós estamos tentando construir.

Então, Sr. Presidente, eram essas as considerações que nós queríamos apresentar, mais uma vez dizendo ao movimento social que a presença dele é muito importante, assim como a sua mobilização e sua vigilância permanente. Isso é muito. Muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Nós queremos avançar e temos que avançar na matéria do financiamento. Repito: para nós, está claro que 7% do PIB não bastam, não são suficientes. Nós queremos avançar na meta do financiamento. E eu não tenho nenhuma dúvida de que o Deputado Vanhoni não vai abrir mão disso e vai ter a firmeza, a responsabilidade e a ousadia necessárias, para



apresentar o seu relatório sem fugir exatamente desse desafio, agora, que é avançar no que diz respeito ao financiamento da educação. E nós estaremos juntos com, V.Exa. Continuaremos juntos com V.Exa. nessa luta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Deputada Fátima.

Deputado Dr. Ubiali.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Sr. Presidente, Nelson Marchezan Junior; Relator, Deputado Angelo Vanhoni, eu não quero entrar no mérito do relatório. Ele está pronto. Não está sendo lido única e exclusivamente por conta do índice que nós estamos colocando para o financiamento da educação neste País.

Todos nós sabemos que não só as modificações que o Deputado Vanhoni colocou, mas também vários estudos técnicos demonstram que precisamos de, no mínimo, 10% para a educação. E nós aqui discutimos que esse índice vai variar conforme a crise econômica, que o Governo está preocupado com a crise econômica.

Eu, sinceramente, Deputado Angelo Vanhoni, acho que isso é uma bobagem, e explico por quê: se a crise econômica atingir o nosso País, cairá o PIB. Caindo o PIB, cairá o recurso que vai para a educação. Isso é automático. Então, esse discurso de que precisamos mudar o índice por causa da crise econômica não é verdadeiro. Se a economia cai como um todo, cairá o índice para a educação!

Então, penso que esta Casa, esta Comissão, tem a obrigação de colocar o que é preciso. Se isso não vai ser cumprido... Até porque isso está sendo colocado de uma forma progressiva. Ninguém vai pegar 10% amanhã e colocar na educação. Já está previsto no seu relatório que vai haver a possibilidade de progressão até 10% nestes 10 anos, que esperamos seja atingido, porque tivemos 7% no último Plano Nacional de Educação, que não foi... Chegou a 5%.

Então, nós precisamos tomar uma decisão aqui. Penso que essas conversas com o Relator e com a Presidente da Comissão de Educação, Deputada Fátima Bezerra, foram importantes, mas faltou, também, a presença de outros Líderes, de outros coordenadores da Comissão para que se pudesse ter consciência acerca do que se estava decidindo. Considerando as palavras da Deputada Fátima Bezerra e a própria personalidade do Deputado Angelo Vanhoni, eu tenho certeza de que foi



muito duro, muito difícil, mas faltou a presença de outras lideranças para que se pudesse, de fato, dizer claramente que índice queremos e que não adianta virem com 8% ou com 8,5%. Nós vamos pôr 10 e vamos deixar caminhar. Se houver crise econômica, vai cair o PIB, e, portanto, é natural que caia o que vai ser investido na educação, proporcionalmente.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Deputado Ubiali.

Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero transmitir, de forma muito fraterna, ao Deputado Angelo Vanhoni que ele teve, tem e terá sempre a nossa confiança, com a responsabilidade que lhe foi delegada como Relator do Projeto de Lei nº 8.035.

Mas, para que possamos avançar naquilo que é a expectativa dos Deputados desta legislatura e dos Deputados que tiveram a sorte e a honra de conviver na legislatura anterior, quando discutimos a Emenda Constitucional do FUNDEB... E aí parece-me que a arquitetura da nossa mobilização à época do FUNDEB foi outra completamente diferente da que se está desenhandando agora. E coloco isso de uma forma impessoal. Não é a questão da mobilização do Relator, mas de uma engrenagem que está sendo sobreposta à autonomia da Comissão de Educação, à autonomia do Relator e à da representação dos partidos, o que me parece um franco retrocesso.

Em primeiro lugar, essas discussões com a equipe econômica, no mínimo, deveriam ter sido feitas — no mínimo! — com os Deputados da base aliada, já que poderia se prever uma discussão no campo do Governo. Isso não aconteceu. Só houve discussão com os Deputados do Partido dos Trabalhadores.

Em segundo lugar, na verdade, não caberia aí o mínimo. Caberia, sim, uma discussão com toda a Comissão de Educação ou com os representantes indicados pelos Líderes de um colegiado de partidos que integram esta Comissão. Isso também não aconteceu.



Em terceiro lugar, se começarmos a admitir a hipótese de que o não entendimento ou qualquer tipo de prerrogativa dos Deputados inviabilize a discussão e jogue o plano para 2012, nós não vamos pagar essa fatura, não, Sr. Deputado. Pode trazer o talão com duzentas páginas de nota fiscal, mas nós não vamos pagar essa fatura! Esse projeto chegou em dezembro do ano passado. Correu todo o ano de 2011, e não podemos abrir mão das nossas prerrogativas, seja de pedidos de vista, seja de apresentação de emendas.

E mais: por entendimento com alguns Deputados desta Comissão, nós estamos protocolando hoje a convocação do Ministro Mantega e da Ministra Gleisi, da Casa Civil, até porque, na emenda constitucional do FUNDEB, nós fomos ao Ministério da Fazenda e tivemos audiências com o Ministro Antonio Palocci. Fizemos isso para discutir a emenda FUNDEB, que, do ponto de vista da sua envergadura, tem um alcance menor do que um plano nacional decenal de educação.

Então, não vejo motivo para não discutir com a equipe econômica e com a Casa Civil os fundamentos e os argumentos que fazem com que o Governo obstrua a tese dos 10%. Vejam bem, não é uma emenda, não é um artigo; a construção que nos leva a defender 10% do PIB é uma tese. Então, por que na emenda FUNDEB nós ouvimos a demanda dos Deputados e dos movimentos sociais da educação e fomos ao Ministério da Fazenda, e agora nós não podemos conversar com o Ministro da Fazenda? Alguns privilegiados puderam conversar, tiveram acesso ao Ministro da Fazenda e à Ministra da Casa Civil. Os demais Parlamentares da base do Governo e a Comissão não foram ouvidos.

Outro aspecto: fala-se em cenário fiscal, em equilíbrio fiscal. Ora, quando nós aprovamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, que já estabelece, no art. 2º, que toda a elaboração da lei e sua concretização estão submetidos à meta do superávit primário, mais uma vez ficou evidente que o que importa na gestão fiscal é o bem-estar dos credores, e não o bem-estar da maioria da sociedade brasileira. É lastimável! Nós vencemos as eleições, em 2002, mas quem continua vencendo a eleição para a definição da pauta macroeconômica são os credores da dívida pública, é o mercado financeiro.

Em terceiro lugar, eu queria destacar aqui, até para contradizer argumentos que já foram postos e vão ser postos, os indicadores da educação brasileira



compartilhados hoje por instituições oficiais. O boletim, a nota técnica apresentada pela campanha resgata, entre outros, os dados publicados no Comunicado nº 66 da Presidência do IPEA. Eu quero fraternalmente compartilhá-lo com quem não o leu. Vamos lê-lo mais uma vez. Nós temos cinco brasis dentro de um Brasil só. Isso se deve ao abandono das metas do Plano Nacional de Educação de 2001 a 2010.

Como muito bem colocaram o Prof. Nelson Cardoso e Luiz Fernando Dourado quanto à avaliação do PNE 1, nós subfinanciamos a educação porque demos prevalência ao financiamento da dívida pública. É uma vergonha, num país que tem uma carga tributária de 38% do PIB, transferir a maior parte dessa carga tributária para juros e para refinanciamento da dívida pública!

O que aconteceu com a nossa juventude, que foi abandonada no ensino médio e na educação de jovens e adultos, nesta década de 2001 a 2010? O que aconteceu está descrito na dissertação da economista Lisa Byron, publicada em 2009: homicídio e violência colocaram o Brasil em uma posição vexatória.

Nós somos a maior economia da América Latina e o sexto País — do pior para o menos ruim — em homicídio e violência infantojuvenil. Por quê? Porque se impôs aos Governos de Estado a Lei de Responsabilidade Fiscal, sem limite de gasto para a dívida pública, mas com limites de gastos de pessoal. Os Estados não honraram a sua competência com o ensino médio, e a nossa juventude foi jogada nas portas da violência e da criminalidade.

O IBGE acaba de publicar a consolidação dos dados do censo de 2010: analfabetismo. Eu venho de uma região em que 31% da população é formada de analfabetos funcionais. Temos meio milhão de jovens de 15 a 24 anos que declaram: “Não sei ler.” “Não sei escrever”.

Nas nossas costas, há 10 anos de um PNE que foi abandonado porque se deu prevalência ao bem-estar dos credores, à estabilidade fiscal. O Brasil está de tal forma submetido a isso que qualquer agência de classificação de risco de porta de botequim e cabaré chega aqui e dá uma nota e tem gente que aplaude, porque a nota que eles dão não é pela igualdade social no Brasil, mas pela capacidade de pagar os interesses dos credores. E fim de papo!

Eu quero fazer minhas as palavras da economista Tânia Bacelar que, na segunda-feira, no Rio de Janeiro, fechou a última mesa do seminário convocado



pelas fundações do PT, do PSB, do PCdoB e do PDT. Os investimentos que têm sido feitos nos 8 anos do Governo do Presidente Lula estão assinalados. Para quem não se lembra, o Prof. Márcio Pochmann esteve aqui e apresentou a recuperação do painel de investimentos, mas nós estávamos, em 2010, atingindo a recuperação do mesmo patamar de percentual do PIB que este País praticava em 1994. E assim se passaram 17 anos, meu amigo Deputado Relator, Angelo Vanhoni!

Então, não vamos aqui transformar um limão numa roça de limões. Não vamos aqui transformar uma penca de bananas num festival de supermercado! Nós reconhecemos esses créditos, mas, como disse a Profa. Tânia, nós estamos absurdamente longe do que este País deveria ter consolidado à luz do crescimento da sua economia e da sua carga tributária.

E, por fim, eu queria compartilhar aqui uma contradição. Vejam como são as coisas. Nós estamos aqui discutindo um Plano Nacional de Educação que vai atingir 27 Estados e 5.562 Municípios e que, à luz dos números do FUNDEB, pode atingir 55 milhões de alunos. E nós estamos aqui nessa queda de braço com a equipe econômica. Mas, em 2008, a equipe econômica não pensou duas vezes: emitiu 250 bilhões em títulos do Tesouro, com a Taxa SELIC, e jogou dentro do BNDES, que empresta a TJLP, à época, quase à metade da Taxa SELIC, e essa diferença quem paga é o Tesouro. Mentira! O Tesouro não existe! Quem paga é o cidadão, que é tributado pela carga tributária e transfere a receita para o Tesouro. Ou seja, cobrou-se um imposto extraordinário do cidadão para financiar as indústrias. Não houve contradição, não houve cenário, não houve crise fiscal! Joga para a dívida pública! Ela é ilimitada! Nós passamos os dois mandatos do Presidente Lula e não regulamentamos o art. 30 da Lei da Responsabilidade Fiscal, que estabelece o limite, o teto para a dívida mobiliária federal!

Há pouco nós aprovamos o Brasil Maior. Gastos tributários indiretos: 25 bilhões para indústria. Ora, 25 bilhões, com mais 250, são 275. O Banco Central disponibilizou 100 bilhões do compulsório para transferir em crédito para os bancos privados. O que eles fizeram? Jogaram na renda fixa, aplicaram os 100 bilhões, Deputado Marchezan, em títulos do Tesouro. Então, são 375 bilhões de dívida pública, de gastos tributários indiretos. Quanto dá 375 em relação aos cálculos que a campanha nos apresenta? Quanto dá a diferença dos 7% para os 10% do PIB? Dá



mais do que o dobro! Então, em dois anos, este País alavancou, com gastos tributários e aumento da dívida pública, 375 bilhões para o capital industrial, e, agora, nós estamos ouvindo da equipe econômica do Governo que não há dinheiro para se destinar 10% para a educação.

Essa conta nós não vamos pagar, até para honrar a memória de Florestan Fernandes, para honrar a memória de Paulo Freire, de Darcy Ribeiro, de Anísio Teixeira, dos pioneiros da educação! Quem quiser que vote a proposta na forma como ela foi encaminhada pelo Governo. Quem não vota 10% veta os 10%. Não nos cabe vetar. A Constituição não diz que Deputado tem poder de voto. Quem tem poder de veto, em algumas situações, é a Presidência da República.

Então, eu quero aqui dizer que nós vamos ter que enfrentar este debate com muita propriedade. E nós queremos convocar o Ministro da Fazenda e a Ministra da Casa Civil para virem discutir conosco. Eu quero discutir o cenário da crise com o Ministro Mantega. Nós queremos discutir equilíbrio fiscal com o Ministro Mantega e com o Secretário do Tesouro Nacional. Este País não pode perder oportunidade histórica de votar um relatório emancipatório, em nome de uma estabilidade cujos interesses muitas vezes são pactuados em outras mesas que não as mesas democráticas para as quais nós estamos aqui, como representantes.

Era isso que eu queria dizer. E lamento muito, Sr. Relator, o que está acontecendo, embora não seja responsabilidade de V.Exa. Cria-se esse contexto para que nós chegemos praticamente às vésperas do Natal e tenhamos que votar a matéria a toque de caixa. Qual é a pedagogia? É a pedagogia do toque de caixa: "*Vamos votar, porque é Natal!*" Não tem problema! Vamos nos juntar com o Deputado Ubiali e com o Deputado Ivan, vamos comprar um peru de Natal, vamos pagar a ceia. A gente vem pra cá, passa o Natal aqui. Se for o caso, a gente passa o Ano Novo aqui, mas a gente não abre mão de ter um Plano Nacional de Educação que espelhe os diretos sociais da educação e os interesses da maioria do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.



Com a palavra o Deputado Rogério Marinho, na ordem de inscrição cedida pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

**O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente agradecer a V.Exa. a gentileza reiterada pela companheira Deputada Dorinha.

Sr. Relator, eu vou repetir o que disse ontem. Primeiro, quero elogiar o trabalho extremamente importante feito pelo Relator Vanhoni. O Deputado Angelo Vanhoni teve o cuidado de ouvir todos os Parlamentares presentes, inclusive os que não fazem parte desta Comissão Especial, mas que o procuraram. Vanhoni teve o cuidado de ouvir os representantes dos movimentos sociais. S.Exa. é uma pessoa antenada com o movimento educacional do País e, por isso mesmo, trouxe no bojo do seu relatório todo esse histórico das reivindicações que faz o País e pelas quais anseia para que possamos ter realmente uma educação de qualidade. Nós estamos, de modo ufanista, Sr. Relator, dizendo sempre que o nosso País alcançou universalização do ensino para crianças de 7 a 14 anos, mas não temos tido o cuidado de explicar à população que há distorção séria, pois há evasão, que há abandono, que há repetência, que há má qualidade do ensino. Nosso País que se orgulha da expansão das universidades, mas, ao mesmo tempo, temos vários cursos universitários de péssima qualidade.

Então, o nosso grande desafio, na verdade, é a qualidade do ensino. E as metas estabelecidas no Plano que V.Exa. relata são todas no sentido de resgatarmos esse débito que temos com o conjunto da sociedade brasileira.

Todas as propostas estabelecidas sobre 20 metas apontam para essa situação. Eu sei que V.Exa., de forma extremamente criteriosa e responsável, verificou inclusive o impacto econômico que um plano desse porte representa sobre o Governo brasileiro, independentemente da bandeira partidária — o Estado brasileiro, a sociedade brasileira —, precisará fazer um sacrifício para arcar com a grande responsabilidade de impactar, de fazer com que a qualidade seja colocada em evidência.

Como eu disse ontem, nós estamos todos solidários com V.Exa., solidários com a educação brasileira, porque este tema nos une independente dos partidos políticos e das ideologias de ocasião. E falo de ideologia de ocasião, sem nenhum



demérito para quem quer que seja, porque muitas vezes o discurso de quem está no Governo não é o de quem está na Oposição e vice-versa. Muitas vezes é um discurso oportunista, ditado pela conveniência da política. Mas, eu repito, educação tem que ser uma bandeira principalmente desta Comissão, uma bandeira de estado, de nação, de país, de sociedade e não de partido político.

Por isso, quando o Deputado Paulo Rubem, que me antecedeu, disse que os Deputados da base do Governo deveriam ter tido a oportunidade de se sentar com a área econômica do Governo, eu digo também que os Deputados que estão dentro do movimento em prol da educação deveriam ter, sim, essa oportunidade, até porque o Governo brasileiro sempre contou com a Comissão de Educação na hora em que a educação foi a tônica, na hora em que a educação foi a bandeira.

Então, Sr. Relator, constrange-nos muito o que está acontecendo com V.Exa., porque nós nos sentimos no seu lugar, no lugar de alguém que passa todo ano elaborando um projeto, fazendo um grande trabalho, e literalmente é impedido de cumprir seu dever regimental, de fazer a tarefa de Deputado, de membro do Poder Legislativo. O Poder Legislativo, independente da postura que o Governo tem tido em relação ao planejamento macro, no caso da nossa Comissão Especial, mostra, certo despreparo para essa articulação política, como se não tivesse tido tempo para isso, como só se fosse debruçar sobre o problema na hora que ele acontecer. Ora, passamos 1 ano discutindo essa matéria.

Aliás, o Governo, no ano passado, é bom lembrar, enviou-nos o projeto do PNE no final do mês de dezembro. V.Exa. estava na Comissão à época. Esse PNE já era para estar vigente em 1º de janeiro deste ano. Nós estamos com um *déficit* temporal de mais de 1 ano. Nós estamos descumprindo a lei, descumprindo a Constituição de forma deliberada. V.Exa. propõe um percentual que não é o que nós achamos ideal, mas é o que V.Exa., dentro da responsabilidade que tem para cumprir as metas que estão propostas, vai defender — e certamente tem os argumentos para isso —, que é o de 8,3%, se não estou enganado e, mesmo assim, de forma gradativa, ao longo de 10 anos. Sabemos — é importante falar aos nossos companheiros — que o PIB brasileiro está em torno de 4 trilhões de reais. Então, 1% do PIB são 40 bilhões. Se considerarmos os 2% que o Governo quer acrescer, passando de 5,5% para 7%, seriam mais 80 bilhões de reais. Ora, o Orçamento do



próximo ano só foi acrescido de 7 bilhões, 8 bilhões, quer dizer, é muito distante, são 10% desses 2% que seriam acrescidos. Então vai ser de forma gradativa. Então, nós não estamos entendendo a lógica do Governo. Sinceramente, a minha palavra é no sentido de solidarizar-me com V.Exa. e de lhe fazer uma proposta. Acho que mais importante do que a palavra do Governo é a palavra da sociedade. Mais importante do que a vontade da Presidenta é a vontade do povo brasileiro, que espera dos Parlamentares desta Comissão que cumpram seu dever. Estamos amparados pelo nosso Regimento Interno e pela nossa Constituição. Então, faço um apelo a V.Exa. para que leia o relatório.

O Governo tem o argumento de que a Presidente viajou para a Venezuela e que só quando voltar vai-se debruçar sobre o relatório. Mas temos um prazo regimental de, parece-me, cinco sessões para emendamentos. Mas existem vários Deputados do Governo, dentro desta Comissão, que poderão fazer as propostas que o Governo considere de interesse do próprio Governo. Essas propostas serão discutidas dentro do Parlamento, que é o lugar ideal, e não nos gabinetes do Poder Executivo.

Então, peço a V.Exa. que reflita sobre a proposta que faço, até mesmo em solidariedade a V.Exa., que contará conosco, de que leia hoje o relatório. E vamos mostrar ao Governo que o Parlamento é vivo e que a sociedade anseia por um gesto nosso. V.Exa. contará com a firme aliança de todos os que estão aqui e com a solidariedade de todos para que o leia, para que se comece a contar o prazo regimental e que possamos discutir e votar o PNE, que é o anseio da sociedade brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Deputado Rogério Marinho.

Tem a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como eu já havia dito com bastante antecedência, quando chegássemos à discussão do recurso a coisa aconteceria como estamos vendo. Eu sugeri, na Comissão de Educação, e durante as reuniões do Plano Nacional de Educação, que estivesse presente durante as discussões algum representante dos Ministérios da



Fazenda e do Planejamento, para acompanharem durante todo este ano as discussões referentes ao Plano Nacional de Educação para nos dar argumentos relativos às matérias que fossem aparecendo, principalmente as que tivessem mais dificuldades. Infelizmente, não conseguimos êxito na sugestão e não houve participação dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Então, Deputado Paulo Rubem Santiago, Ivan Valente e demais Deputados que estão preparando o convite ao Sr. Ministro, que serei o primeiro a assinar esse documento porque acho que eles já deveriam ter comparecido a esta Casa há muito tempo.

Quero parabenizar mais uma vez o Relator. Não canso de elogiá-lo pela forma democrática que vem trabalhando no relatório, permitindo o acesso de todos os Parlamentares, sejam da Comissão ou não.

Acrescento que eu concordo plenamente com V.Exa. que temos de negociar até o último minuto. Isso é válido, porque, quanto mais avançarmos nas discussões com Poder o Executivo, melhor, mas nesta Casa nós somos representantes da sociedade, e a sociedade já nos disse, unanimemente, em todo o Brasil, nas audiências públicas todas, que não abre mão dos 10%. Então, não seremos nós, Parlamentares, que abriremos mão dos 10%. Qualquer que tenha sido o avanço do Relator foi maravilhoso, mas a nossa decisão na Comissão é de que serão os 10%. Se alguém quiser tomar a iniciativa de vetar isso, não seremos nós. Acho que a discussão vai ser com o Poder Executivo.

Quero dizer também que chegou o momento de confrontarmos o discurso com a prática. Ouvi durante o ano todo, de todos os Parlamentares, de todos os Partidos que seriam 10%. E uma coisa que ficou marcada para mim na Comissão de Educação: é que neste caso não haveria questão partidária, nem de PT, nem de PSDB, nem de PR, nem de PDT. Aqui nós somos o partido único da educação, e a unanimidade do partido único da educação são os 10%. Não vamos abrir mão desses 10%.

Quero parabenizar o Relator. Sei que vamos avançar, não tenho dúvida de que sairemos daqui com o relatório aprovado com 10%. Acho que o Deputado Dr. Ubiali, que é médico, não é economista, matou a charada. Não há desculpa, é isso mesmo, são 10% do PIB. Se caiu o PIB, cai também o recurso; se aumentou o PIB,



aumenta o recurso. Então, não há discussão. Quero até sugerir a V.Exa. fazer um curso de Economia, uma pós-graduação em Economia, porque tem vocação para isso. Não há argumento, Deputado Angelo Vanhoni. Realmente é percentual do PIB. Se caiu o PIB, caiu o valor, não há dúvida. É proporcional, resolvemos a questão.

Chegou a hora — vamos dizer assim como o ditado popular — de a onça beber água. Vamos saber exatamente quem é do partido único da educação e quem é contra a educação. Não adianta, 10% ainda é muito pouco para resgatar a dívida que temos com a educação. Basta ver a questão dos *royalties*, outra luta que temos que começar já para destinarmos recurso para a educação, para podermos resgatar esse déficit.

Por isso, ler hoje ou ler na segunda-feira não faz diferença nenhuma. É evidente que, se o Governo tivesse interesse, como teve no caso da DRU, haveria *quorum* na sexta-feira e na segunda-feira, e ficaria muito mais prático. Eu até sugeriria que os membros da Comissão de Educação e os membros do Plano Nacional de Educação fizessem um esforço na segunda-feira e na sexta-feira para que houvesse *quorum*, como foi feito na ocasião da votação da DRU. Ora, se tivemos capacidade para aprovar a DRU, teremos também capacidade para aprovar os 10% para a educação, o que é muito mais importante.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Deputado Izalci.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente Nelson Marchezan Junior, Sr. Relator Angelo Vanhoni, amigo e companheiro de tantas e antigas lutas, eu queria primeiro resgatar Nelson Marchezan. Fui proponente, encabeçador do Plano Nacional de Educação em 1998 com o Deputado Nelson Marchezan. Então, Sr. Presidente, seu pai foi o relator. Ele propôs 7% do PIB, o que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, foi promulgado pelo Congresso e vetado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. E agora estamos com uma proposta para 20 anos depois ficar com 7% do PIB. Esse é o primeiro e principal ponto que eu queria levantar.



Eu quero dizer ao Relator Angelo Vanhoni que reconheço todo o seu esforço democrático e reconheço também que V.Exa. tem realmente a intenção de caminhar no rumo dessa que é uma reivindicação da sociedade, os 10% do PIB.

Os 10% do PIB não são um número cabalístico. Os 10% do PIB, tanto no Plano Nacional de Educação de 1998 quanto agora, são um número calculado em termos da demanda brasileira, do custo aluno-qualidade, da valorização do magistério, da universalização, ou da tentativa de universalização da educação, e dentro do PIB *per capita* brasileiro. Ou seja, é possível, viável e necessário. Não é um número cabalístico. Não se fala que é 20% do PIB para chegarmos igual à Alemanha. Não. Estamos falando de Brasil, de demanda brasileira. Então, 10% é isso. Não é à toa que essa porcentagem de 10% do PIB unificou todos os movimentos, inclusive os divergentes, da sociedade, dos petistas ou não, do PC do B, do PSOL, até do PSTU. É claro que é diferente se for agora, se é já, se é daqui a pouco, se é até 2020. Mas o número é simbólico.

Então, Deputado Angelo Vanhoni, quero dizer o seguinte. V.Exa. é Relator, e há um ano tramita esse processo, e o Relator pode fazer história ou não. A Comissão Especial pode fazer história ou não. Se a Comissão se agacha a argumentos sempre colocados do não planejamento estratégico — foi o que Fernando Henrique fez — ou à ideia de que existe uma crise lá fora... Ora, vai haver uma crise sempre, se não for agora, vai ter depois, em 2014, em 2016. Isso não existe, gente, senão não pode haver planejamento estratégico do Estado. Alguém já disse que o Deputado Ubiali, que é médico, e não participou da CPI da Dívida Pública, mas está convidado, matou logo a charada: o PIB é proporcional ao crescimento da economia.

Então, essa discussão que os Ministérios estão ocasionando, Presidente, desculpe-me, é uma discussão para não assustar o mercado, é uma discussão a favor dos banqueiros. Não há outro nome para isso. Fazer planejamento estratégico do Estado dessa forma, porque existe uma crise na Europa e nos Estados Unidos, e não vai sobrar dinheiro, ora, eu vou dizer mais: o Brasil não está gastando só 48% em juros, amortizações e rolagem da dívida. Ele está praticando ilegalidades, Deputado Izalci, na Lei de Diretrizes Orçamentárias que foi aprovada, porque o Brasil na execução não gastou só 154 bilhões de reais de juros. É mentira, na



verdade, o Brasil está na ilegalidade porque está emitindo título público para pagar juros. E isso é proibido no art. 167 da Constituição Federal. Só pode ser feito por despesa de capital, Deputado Angelo. Certamente haverá contestação no Supremo Tribunal Federal.

A mídia, ou grande parte dela, quer capital financeiro. Até a FIESP, ontem, disse que a taxa de juros do Brasil é a maior do mundo, é vergonhosa. Então, logo foram colocados elementos do mercado para contestar senão, há aumento da inflação. Isso é conversa! Neste caso nós estamos tratando da área social e da área educacional. Nós discutimos e ouvimos especialistas, ouvimos a sociedade civil organizada. O que está me deixando muito agastado, Sr. Presidente, é o método pelo qual está sendo conduzido esse processo, esse rito. Nós precisamos ouvir o Governo. Como disse o Deputado Paulo Rubem, queremos discutir com o Ministro Mantega, com a Chefe da Casa Civil. Nós vamos protocolar a convocação. Eles não podem falar só para os Deputados do Governo do PT. Aliás, parece-me que nem os do Governo foram ouvidos, os governistas. Apenas os do PT, e olhe lá.

A realidade está vista aqui hoje. Os Deputados do PT não estão presentes, tirando a Deputada Fátima Bezerra e V.Exa., que é o Relator. O PT tem uma grande bancada nesta Comissão. Então Isso quer dizer o quê? Quer dizer que nós não podemos... Agora eu quero te fazer um pedido formal: No prazo que foi estabelecido, na lógica que foi estabelecida a votação, se V.Exa. quiser fazer uma discussão séria, leia o relatório hoje para começar, porque de acordo com a fórmula que está estabelecida, de ler na terça-feira, vão ser 5 dias. E certamente alguém vai pedir vista, vai ter um dia de prazo para V.Exa. fazer o relatório com as emendas apresentadas. Isso nem é humano isso.

Agora, jogar para o dia 22 de dezembro, desculpe-me, mas eu acho que é um erro estratégico, pois é a própria desvalorização do trabalho do Relator. Nós votarmos no dia 22 um projeto como esse, a minha opinião, é jogar com a desmobilização da própria Comissão e da sociedade civil. E, além disso, não resolve o problema, porque não temos nenhuma garantia de que o que vai ser votado não é exatamente o que o Governo quer. Nem sei se é a proposta de V.Exa., s V.Sa. vai concordar ou não, porque só agora V.Exa. vai dar o seu parecer.



Eu quero dizer que eu não tenho nenhum problema: Eu sou autor do primeiro Plano Nacional de Educação nesta Casa, de 1998. Agora querem me falar, botar na minha conta, como disse Paulo Rubem, que está atrasada a discussão do PNE. Que vergonha é essa, gente? Há 20 anos eu fui autor do Plano Nacional de Educação e querem me dizer que eu estou atrasando uma semana a votação do PNE? Cadê a Deputada Fátima Bezerra para eu dizer isso a ela? Deputada Fátima, vem cá! Querem botar na minha conta o atraso de uma semana a votação do Plano Nacional de Educação na Câmara. Mas ele não será votado no Senado. Ou seja, não será votado em 2011. Mais do que isso, pode ser convocado a passar pelo Plenário, com 50 e tantas assinaturas. E todo mundo: “*Não, está atrasando o plano*”. Está atrasando por quê? Qual é concordância que temos em relação a 7%, a 8% ou a 10% do PIB? A unanimidade dos movimentos e a vontade dos Parlamentares são 10%, não é, Izalci? Que eu saiba é essa. Quero saber se o relatório vai ter 10%, se tiver 10% nós assinamos.

O problema é o seguinte: eu acho que deveríamos ter outra condução política. Desculpe-me, Angelo, mas está toda errada, inclusive a forma como foi feita ontem à noite. Foi convocada hoje pela manhã para uma leitura, e no site da Câmara está escrito que a leitura seria às 9h30. Leitura, não seria esta discussão, mas a leitura. Se é para adiantar os prazos, ser votado ou algum tipo de mobilização — e aí resolvemos no decorrer do debate, na convocação dos Ministros —, então leia o seu relatório hoje. Ganham-se 3 dias nessa questão, encurtam-se os prazos para as emendas e vamos debater. E se claramente não houver confluência, V.Exa. é o Relator, a Comissão tem autonomia, Deputado Marchezan, ela pode ampliar isso para o início do próximo ano. Obviamente. A reforma política ontem foi adiada para o próximo ano, por isso não estive aqui ontem. A reforma política ia ser votada ontem. No final, por consenso, foi adiada para fevereiro de 2012. Desculpe-me.

A Deputada Fátima abordou questões que eu queria desmentir. Não é verdade que o Governo Lula elevou assim gastos para a educação. Era 0,95%, no Governo Fernando Henrique, gastos federais, 0,98% no Governo Lula; foram 0,03%! Que grande ganho é esse? Essa conta de chegada, falar que hoje tem 5% do PIB não provado ainda, em 6 anos 0,2%, 0,2%... Conta de chegada para chegar a 7%! Não é isso!!! Isso não é discussão estratégica sobre educação! Queremos fazer um



debate sério sobre educação para não continuarmos dizendo que o piso salarial dos professores, 1.189 reais, está bom para o Brasil. Quarenta horas semanais! E ainda estamos lutando porque há Governador contestando no Supremo Tribunal Federal. Educação tem que ser prioridade mesmo. O nosso papel é exatamente esse, se os outros não querem, vamos fazer a luta política com a sociedade civil, integrados aqui.

Pediria que V.Exa. lesse. Vou assinar, juntamente com o Deputado Paulo Rubem Santiago, a convocação dos Ministros, peço que os Deputados presentes o façam também porque isso vai politizar o nosso debate.

Deputado Angelo, se for para votar este ano, terá que ser em cima do debate político, mas não arrastado, não no dia 22. Desculpem-me, mas isso é uma manobra de desmobilização da sociedade civil e da própria Comissão. Não interessa à Comissão, não interessa ao Relator, não interessa à educação nacional. Façamos um acordo: o Governo não quer, ele que assuma a canga e votamos em fevereiro. Essa é a minha posição.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Deputado Eduardo Barbosa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Em primeiro lugar, o que o Relator Angelo Vanhoni nos pediu é que aguardemos até a segunda-feira, quando será protocolado o relatório formalmente. Dentro do que a própria secretaria da Comissão sugeriu não temos nenhuma perda regimental de prazos para apresentação de emendas. Não podemos atropelar um processo de negociação que o Relator está fazendo com o Governo. Já é consenso na Comissão Especial, pela fala de todos os Deputados, que todos votaremos a favor de 10%. Se não for apresentado assim no relatório, vamos decidir principalmente nesse item que os 10% é uma posição da Comissão, mesmo contrariando o Relator, se S.Exa. não apresentar esse percentual.

Não vejo nenhum mal em aguardarmos até segunda-feira, pois eu entendo é que o Relator quer inclusive ultrapassar essa divergência, e, quem sabe, o relatório



poderá contemplar o que atende ao anseio da totalidade dos membros desta Comissão.

Então, parece-me que o Deputado Angelo Vanhoni está correto. Ele tem que esgotar todo o processo de discussão interna no Governo. Entendo que a vinda do Ministro Mantega a esta Casa é positiva, que esse pleito deve ser atendido, até mesmo para dissipar dúvidas. Mas, se ele realmente vier e disser que o Governo entende que os 10% são totalmente factíveis, que ele não vai se opor, estaremos ganhando tempo, pois não haverá futuramente obstrução ao relatório ou adiamento de sua votação.

Enfim, estou aqui para apoiar Deputado Angelo Vanhoni no relatório e no encaminhamento que está sendo dado. Isso não significa, contudo, que o Ministro não deva vir nos apresentar a posição clara do Governo. Por isso, esperar até segunda-feira é, no meu entendimento, algo extremamente sereno, tranquilo, porque a negociação está em andamento.

O problema é se não estivesse havendo negociação, se o Governo estivesse com a porta fechada, se o Relator tivesse dito: “*Não vai dar, eu vou ter que apresentar um relatório que não condiz com a demanda da sociedade, com o que pensam os Parlamentares*”. Nesse caso, tudo bem, teríamos de partir para a guerra, usando de todos os recursos. Mas o que o Relator nos informou é que existe uma possibilidade, e, no meu entendimento, a decisão caberá à Presidente da República. O problema será levado a ela para que tome uma decisão. Se a resposta for positiva, muito melhor para todos nós; se não for, se os números não vierem em consonância com nosso pensamento, esta Comissão terá todas as condições de se opor ao relatório.

Enfim, Sr. Presidente, este é apenas um voto de confiança ao Relator, que teve uma postura democrática e até agora discutiu com todos nós e com a sociedade. — viajou o País inteiro — e seu relatório, apesar de não ter sido apresentado formalmente, todos nós conhecemos: já tivemos a oportunidade de lê-lo, já tivemos oportunidade de discutir as contribuições com o Relator. O que está atrapalhando é justamente o índice — nós precisamos de um tempo. Também não vamos dizer que outras coisas não são assim: todos os projetos, em tudo o que se refere a custo, ocorrem impasses de negociação.



Então, Deputado Angelo, dou um voto de confiança a V.Exa. na sua negociação com o Governo, até segunda-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Agradecemos ao Deputado Eduardo Barbosa.

O nome da Deputada Dorinha está depois do meu na lista de inscrição, mas cederei a vez a S.Exa., que terá de se retirar.

Com a palavra, portanto, a Professora Dorinha Seabra Rezende.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Bom dia a todos. Deputado, creio que ontem eu já disse tudo sobre o relatório, sobre o esforço do Relator, que aprimorou imensamente o texto.

Hoje, vou começar dizendo que sou professora, meu eleitorado é da área da educação, andei por todo o meu Estado, fiz oposição ao Governo do Estado, dizendo que tinha um compromisso com a educação e com o Plano Nacional de Educação. Por isso, sinto-me totalmente à vontade para assumir minhas posições nesta Comissão.

Não sou Governo porque não tive essa medida. Hoje eu poderia estar no PSD, mas não estou atrás de bandeira “A”, “B” ou “C”: meu compromisso é com a educação.

E, aproveitando o material da campanha, que pergunta “Cadê o PNE?”, quero perguntar: Cadê os Deputados? Todos nós temos responsabilidades e obrigações. Por que nós estamos aqui? Todos os dias anuncia-se a leitura do relatório. Sei do esforço e da tentativa do Relator, mas por que os Deputados as pessoas não comparecem para discutir? Se a educação é prioridade, o Plano Nacional também é. Sinto-me como uma pateta por estar aqui, pois outros já sabem que o relatório não será lido e nem aparecem para discuti-lo.

Eu não tenho toda a calma que tem o Deputado Eduardo, quando diz que está tudo tranquilo. Não está. Eu poderia estar em outras Comissões, mas escolhi esta por acreditar em sua importância. As reuniões desta Comissão Especial coincidem com as de outras Comissões importantes, mesmo assim eu compareço a todas as reuniões. Houve audiências em que só havia Deputado que presidia a Mesa e eu, sentada, ouvindo e participando.



Então, quero então perguntar: Onde estão os Deputados? Onde estão os Deputados do Governo? Onde está o compromisso com a educação? Onde está o PNE de verdade? Estamos há um ano com essa discussão. Não há necessidade de fazer essa votação da forma como vamos proceder, contando os minutos, contando os dias, torcendo para ninguém atrapalhar o procedimento. Eu, pelo menos, tenho que explicar no meu Estado o que estou fazendo aqui e qual o nosso compromisso com a votação. Discurso é uma coisa, prática e vivência é outra.

Se a sociedade não se mobilizar, não vai sair. O Deputado Paulo Rubem Santiago falou sobre o FUNDEB. Eu estava como Presidenta do CONSED. A Casa se mobilizou mais. Hoje, se perguntarmos a vários Deputados, sequer sabem que o PNE está sendo discutido. Ontem, um Deputado, que é da Comissão, perguntou-me: o que está acontecendo com o PNE? O Governo ainda não mandou para a Casa? Estou vendo pessoas com camisetas perguntando pelo PNE. Esse Deputado é desta Comissão e perguntou pelo PNE. Temos que fazer uma caça ao tesouro. Onde está o PNE? Pessoa que é da Comissão está esperando o Governo mandar para cá o PNE.

É preciso que nos organizemos, nos mobilizemos. A educação é uma questão central. Concordei que temos que trazer os Ministros a esta Casa, sim. Fui Secretária de Educação por 10 anos. Nunca consegui sentar com um Secretário de Fazenda que me dissesse: “*Olha, tenho uma novidade boa para você. Vai ter dinheiro a mais para a educação*”. Sempre é o contrário. Se puderem transferir para a educação alguma conta que não seja dela é a tentativa que a área econômica sempre teve. Falta prioridade, falta visão do que representa a educação.

Então, precisamos nos mobilizar, sim. Se for o caso, resgatar as falas dos nossos colegas Deputados durante toda a tramitação. Eu tenho absoluta certeza que vai ser 10%, porque nunca ouvi um Deputado aqui dizer que 7% seriam suficientes. Todo mundo disse que era 10%. Independente da leitura do Deputado, tenho certeza que vai ser 10%. Pelo menos eu entendo que nós temos um mandato e uma responsabilidade. Como já disse, na segunda, protocola e, na terça, lê. Infelizmente, estamos ouvindo essa novela mexicana há muito tempo. Amanhã vai ser lido. Amanhã vai ser lido. Não sei se dá mais para acreditar. Obrigado. (Palmas.)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Izalci) - Próximo orador inscrito, Deputado Nelson Marchezan Junior.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR** - Obrigado, Deputado Izalci, Relator Angelo Vanhoni, Deputadas e Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, vou ser bastante breve. Vou assumir a *mea-culpa*. Eu falhei. Como não chamamos o Ministro Mantega aqui durante todo este ano, uma vez que um dos principais pontos é quanto aos recursos destinados à educação? Então, quero assumir aqui que realmente eu poderia ter apresentado esse requerimento de convocação para chamar o Ministro Mantega. Durante todo o ano, por vários momentos, inclusive Deputados da base, Deputados de Oposição, como eu, falamos disso, e não trouxemos aqui o Ministro Mantega. Então, Deputado Paulo, se V.Exa. permitir, assino junto o requerimento para que possamos trazer aqui o Ministro para discutir a parte talvez que hoje emperra o PNE: os recursos financeiros.

É lamentável impormos a esta Comissão o fato de o PNE ser ou não aprovado na última semana deste ano, como se isso fosse efetivamente fazer alguma diferença e como se essa responsabilidade neste momento fosse nossa. O relatório apresentado preliminarmente pelo Deputado Angelo Vanhoni teve gigantescos avanços, capaz de, em poucas conversas, chegar a uma unanimidade. Então, não será o relatório, não será o número de emendas, não será o número de audiências públicas, não será o debate prolongado, rico ou não, que nos levará a aprovar ou não neste ano. O que está emperrando termos, este ano, um PNE quase que por unanimidade aprovado por esta Casa é efetivamente a relação entre o Deputado Angelo Vanhoni e o Executivo. Talvez se tivéssemos trazido aqui o Ministro, teríamos abreviado essa matéria. Não é correto impormos aos Deputados não apresentar emendas, não pedir vistas, não discutir, estar presente em tais datas e horários, como se fez nas últimas três, quatro reuniões, para escutar o relatório e votá-lo. Se o Deputado não fizer assim, a responsabilidade é da Casa, porque não aprovou o PNE neste ano.

Essa visão mencionada hoje não é correta. Não gostaria que isso passasse despercebido. Se não for aprovado, e acredito que dificilmente o será neste ano, pelo menos não será responsabilidade única e exclusiva deste Parlamento.



Quero fazer essas críticas para deixar registrado o grande esforço do Deputado Vanhoni, que, no seu papel, tentou conosco moldar esse relatório e está tentando com o Executivo.

Lamento que o Executivo não teve o respeito adequado de vir aqui dizer que não dava os 10% e nos convencer: “*Não dá 10% por isso, por isso e por isso*”. Tenho certeza de que com argumentos racionais, lógicos todos os Deputados teriam a capacidade de entender se esses argumentos existissem.

Agradeço a oportunidade. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Antes de passar a Presidência para o Deputado Nelson Marchezan Junior, gostaria de sugerir que essa emenda dos 10% fosse assinada por todos os Deputados. Uma emenda não só dos membros do Plano Nacional, mas também da Comissão de Educação.

Devolvo a presidência ao Deputado Nelson Marchezan Junior.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Sobre a emenda, V.Exa. está partindo do pressuposto que o relatório já não vai trazer os 10%, Deputado Izalci. Quem sabe? (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Deputado Izalci.

Lembro que os Deputados podem apresentar as emendas e que depois a base do Governo pode... Não precisa o Deputado Angelo se desgastar negociando com o Executivo. Os Deputados que representam o Governo e que acreditam que pode ser financiado com 8%, 9%, 7%, enfim, podem apresentar emendas nos cinco dias. Portanto, se o relatório do Deputado Angelo tiver 8%, nós podemos apresentar 10%. Se tiver 10% e algum Deputado achar que não é 10%, que tem que escutar o Ministro Mantega, que é 8% ou 7%, pode apresentar a emenda de 7%.

Queria apenas lembrar isso. Talvez não precisemos esperar tanto e possamos fazer a leitura e apresentação disso hoje. E os Deputados fiquem à vontade para apresentar uma emenda menor.

Deputado Prof. Setimo.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO** - Sr. Presidente, companheiros Deputados, inicialmente, parabenizo o nosso Relator. O seu relatório não pode estar



nota dez, mas o que estamos querendo é 10%. O relatório contempla em seus parâmetros todas as preocupações da educação.

Estamos vendo, Sr. Relator, que está faltando pouca coisa. Já saímos de 4%, 4,5%, 5%, o Governo já está oferecendo 7%. De qualquer maneira é um avanço. Mas nós fizemos um Plano Nacional de Educação, e acredito que todos os Deputados que se preocuparam com as discussões, com as sugestões sabem que esse plano nacional só poderá ser executado se realmente for colocado ali os 10% do PIB.

O objetivo maior do plano é alcançar o que chamamos de qualidade de ensino. Se todo esse plano não tiver uma linha de pensamento para que possamos ter qualidade de ensino, do ensino infantil ao ensino superior e pós-graduação, de nada vai adiantar.

Então, companheiro Deputado Angelo, é fácil. Só está faltando o tempero da salada, que é os 10%. E é um sal grosso, não um sal fino.

Parabenizo V.Exa. pelo relatório.

Agora, a discussão toda hoje é na questão do investimento, do índice de 10%. O relatório está bem feito; pode não ser perfeito, mas os parâmetros atendem a todas as necessidades da educação. Tudo foi calculado, pensado e planejado com base no investimento de 10%. Não adianta tratar de todos os assuntos pertinentes à educação dentro do Plano Nacional de Educação se, no final, não houver recursos para realizar todo o planejamento.

Com a arrecadação que temos hoje no País, que cresce a cada ano, cabe reconhecer que todos os Deputados sempre disseram nesta Casa que votam nos 10%. A prova de fogo virá agora, no final. Vamos ver quem está querendo mesmo os 10%. A sociedade brasileira clama pelos 10%. Educação é investimento, não é gasto.

Para contemplar esse relatório, nós vamos dar um voto de confiança e esperar até segunda-feira. O companheiro pode fazer o gol da jogada, trazendo no seu relatório os 10%, contando, assim, com o apoio da bancada. Se o Governo tiver de vetar, deixe-o vetar. Nós não vamos deixar a Comissão vetar os 10%.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Muito obrigado, Deputado Professor Setimo. Como não há mais Deputado inscrito, concedo a palavra ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni. Antes, porém, gostaria de lembrar aos senhores que, se o Relator disse que apresentará o relatório na segunda-feira 5, o prazo para a apresentação de emendas será aberto no dia seguinte, ou seja, na próxima terça-feira. A partir de então, começa a contar o prazo de cinco sessões.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Eu sinto a mesma angústia e a mesma ansiedade que os meus colegas nesta Casa sentem. Se dependesse exclusivamente da minha vontade, nós já teríamos votado o Plano Nacional de Educação nesta Comissão. Mas, na sociedade e na política, não é assim que acontece — não depende única e exclusivamente da vontade pessoal, às vezes, da vontade até de uma Comissão.

Este não é um projeto qualquer. Eu sou militante na área da educação, como o são o Deputado Eduardo e a Deputada Dorinha — todos nós aqui somos. Nós temos a convicção de que o projeto voltado para a educação é o principal projeto de nação, de governo. Trata-se de construir a possibilidade de que as pessoas adquiram e construam o conhecimento, constituindo-se como cidadãos, e de que o Brasil, como Nação, caminhe para o desenvolvimento econômico e humano.

Nesse sentido, o projeto é muito caro para nós. Afirmar a prioridade da educação como algo central na vida de uma sociedade é nosso dever, faz parte da nossa compreensão e é o que estamos fazendo diariamente. Todos nós fazemos, mesmo com as diferenças de ponto de vista em se tratando de educação.

Temos aqui representantes de todos os partidos: daqueles que fazem oposição ao Governo àqueles que apoiam o Governo de uma ou outra forma. Mas, de alguma maneira, temos algo em comum: o PT, o PSOL, o DEM, o PSDB, o PCdoB. Nós temos algo em comum, que diz respeito ao papel da educação na sociedade brasileira, diante do valor que a educação tem para o ser humano. Nós sabemos disso.

Se dependesse da vontade a mim delegada, como Relator, pela Câmara dos Deputados, a vontade de aglutinar opiniões, de abrir o debate com a comunidade científica, com a comunidade envolvida no processo educacional e com os Estados, de aglutinar a vontade dos Deputados expressa nas emendas e de proferir o texto



para a Câmara poder ter analisado há 1 ou 2 meses, se dependesse exclusivamente da minha vontade, isso já teria sido realizado.

No entanto, nós sabemos como o processo político funciona. Existem o Poder Executivo, as finanças do nosso País, as responsabilidades. Eu conduzo minha vida sob a ética da responsabilidade, e estou no limite — eu sei que estou no limite. É de afogadilho, Deputado Ivan Valente? Sim, é de afogadilho. Mas não depende única e exclusivamente da minha vontade conduzir isso. Eu tenho tentado. Tanto é que tenho passado constrangimento junto com os senhores, e de peito aberto, com a consciência tranquila, de marcar reunião, de tentar fazer a leitura, de tentar fazer a votação já há quase 20 dias.

Então, quem está mais sofrendo constrangimento, quem está mais se expondo nesse processo é o Relator. Não tenho dúvida disso.

Ontem a Deputada Dorinha foi ao meu gabinete e me disse que não gostaria de estar no meu lugar. De certa maneira, o que a Deputada Dorinha expressou? De que estava percebendo todo o constrangimento, todo o sofrimento que tenho na condução de um processo tão complexo como esse. O Governo manda uma proposta de 7%, uma proposta audaciosa pela história do País, pela história de investimentos na área da educação do País. Ela tem grandes avanços. A sociedade tem o seu diagnóstico e propugna nesse momento por um outro índice. A Câmara dos Deputados tem um convencimento já de alguma forma consolidado entre os Deputados. E eu tenho a responsabilidade de tentar buscar não apenas formatar um plano nacional de educação que contemple as mudanças do ponto de vista conceitual para a estrutura e o sistema educacional brasileiro, mas sobretudo abrir um diálogo sobre o índice e o financiamento entre os diversos setores, entre a sociedade que clama por um outro índice, entre a Câmara dos Deputados que tem um convencimento e entre o Governo, que tem também as suas responsabilidades em conjunto para administrar o País.

Então, o meu limite é segunda-feira. Por quê? Porque tenho que fazer a leitura este ano, tenho que protocolar o relatório — é minha responsabilidade —, seja com o índice de 7%, seja com o índice de 10%, seja com o índice que eu julgar que seja o mais correto para dar razão e cabo das metas que vou apresentar e que modificamos no relatório. Mas tenho a responsabilidade de apresentar o relatório



com tempo hábil para esta Comissão analisar e, se decidir, votar ainda este ano. No entanto, se a Comissão não tiver condições e achar que não pode votar, que precisa de mais tempo ou não chegou ao consenso, a Comissão pode prolongar a votação. Aqui é um debate político. Um Deputado pode fazer um recurso, colher 50 assinaturas e, mesmo que a Comissão vote o número de 7, submeter a decisão da Comissão ao Plenário da Câmara. Todos sabemos disso.

Então, peço a compreensão dos senhores, porque o esforço que estou fazendo é sob a ética da responsabilidade e, em primeiro lugar, com o compromisso da educação e do que expressa o plano nacional para o conjunto do povo brasileiro.

E tenho recebido, durante todo este ano, a imensa gratidão e a imensa solidariedade de todos os senhores, indistintamente. E sei que, até segunda-feira, vou continuar recebendo essa solidariedade, esse carinho e essa compreensão.

Na terça-feira, cada um dos senhores pode pôr as emendas, porque o projeto estará protocolado e eu vou fazer a leitura aqui, às 14h30. Mas ele já estará recebendo emendas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Muito obrigado, Deputado Angelo Vanhoni.

As comunicações para as nossas reuniões foram encaminhadas aos endereços dos Srs. Deputados e à consultoria, através dos *e-mails* institucionais.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente reunião.